

**Intervenção do Ministro da Administração Interna na
Cerimónia de tomada de posse dos Diretores
Nacionais Adjuntos e Inspetor Nacional da PSP**

Lisboa, 22 de setembro de 2023

Exmo. Senhor Diretor Nacional, Superintendente-chefe Barros
Correia

EMPOSSADOS:

Exmos. Senhores:

- **Diretor Nacional Adjunto de Operações e Segurança,**
Superintendente-chefe Paulo Manuel Pereira Lucas
- **Diretora Nacional Adjunta de Recurso Humanos,**
Superintendente-chefe Paula Cristina da Graça Peneda
- **Diretor Nacional Adjunto de Logística e Finanças,**
Superintendente-chefe José Carlos Bastos Leitão

- **Inspetor Nacional**, Superintendente-chefe Paulo Jorge de Almeida Pereira

Senhores Diretores e comandantes de responsabilidades diversas da Polícia de Segurança Pública,

Familiares,

Permitam-me, em primeiro lugar que agradeça a dedicação e entrega à especial missão de interesse público da senhora Dra. Ana Almeida e dos senhores Superintendentes-chefes Constantino Ramos, Abílio Vieira e Pedro Clemente, a quem formulo votos das maiores felicidades.

Portugal figura entre os países mais pacíficos do mundo. Este estatuto é condição estrutural à plena realização das liberdades, direitos e garantias dos cidadãos. E ainda mais. É fator de coesão social, de confiança nas instituições democráticas e condição para o desenvolvimento económico e social mas também para o prestígio internacional do Estado Português.

Contribuir para a segurança, garantindo a ordem e a tranquilidade públicas, tenha ela expressão objetiva ou subjetiva, está no âmago da missão da Polícia de Segurança Pública.

Se é verdade que a segurança integra hoje um conteúdo bem mais amplo que no passado, também é válido assumir não ser viável estabelecer uma separação entre a dimensão externa e interna da

segurança.

Os processos de integração comercial, económica e social promoveram a mobilidade, como nunca antes, de milhões de seres humanos à escala de toda o planeta. Seja por razões de turismo, de trabalho, de conhecimento ou de investigação ou de procura de melhores condições de vida, não há hoje local desconhecido para a humanidade.

Se dúvidas restassem, elas dissipar-se-iam com os números nos nossos aeroportos nacionais. No primeiro semestre de 2023, o número de passageiros nos aeroportos nacionais aumentou mais de 28%, para os 31,3 milhões.

Esses passageiros exigiram mais trabalho nos aeroportos, nos transportes e na mobilidade e também especiais cuidados na segurança. Fosse nas praias, nos restaurantes e hotéis, nos centros das nossas cidades e ou nas vilas de todo o País.

Eis o primeiro e maior desafio para a nova Direção da PSP. Assumir a missão de garantir a segurança dos aeroportos nacionais numa primeira fase, em cooperação com os funcionários do SEF, em aplicação prática no princípio de cooperação reforçada assumida em maio de 2022.

Ao fim de um ano, temos a expectativa de que a PSP tenha adquirido todas as competências da primeira e da segunda linha e, em cooperação com a Polícia Judiciária, dê o seu contributo para o controlo técnico especializado na terceira linha e também no apoio

ao combate à criminalidade complexa e organizada.

Sei o que as históricas competências de conteúdo da segurança aeroportuária, articuladas com esta nova dimensão de regulação, controlo e supervisão de fronteiras, terá no sentido de honra para com a especial missão de serviço público que mulheres e homens que servem na PSP e na sua Direção assumem perante os portugueses.

Por outro lado e em face das alterações sociais bem complexas e do conhecimento de todas e de todos vós, provocadas por 2 anos de pandemia e pela guerra na Europa, contamos com o contributo da PSP e de muitas outras instituições do Estado e da sociedade civil para a elaboração da Estratégia Integrada de Segurança Urbana (EISU), que preconiza diversos eixos de intervenção e cerca de 50 medidas de política tendo em vista prevenir ameaças e riscos à segurança, assim como implementar, em articulação com as autarquias, respostas proativas sociais e respostas proativas policiais.

É fundamental que a direção e os diferentes níveis de Comando Distritais estejam bem conscientes dessa metodologia e do que é pedido à PSP, enquanto força dinamizadora de muitos dos eixos e medidas de política previstos.

Chamo a vossa especial atenção para a importância de aproveitarmos esta nova vontade, patente numa nova Direção com experiência de todo um percurso de mérito, para olharmos para as nossas forças interiores e sabermos avaliar até que ponto podemos

ser mais eficientes na organização e na utilização dos recursos humanos e materiais.

Há mais de 25 anos que, no exercício de funções públicas, no Poder Local, no desenvolvimento regional, na Administração Central, tenho vindo a constatar, julgo que é de resto a experiência de todos, que as necessidades se multiplicam na exata medida da escassez de recursos. Mas mostra-me a experiência que muito há que fazer nas atitudes e comportamentos individuais e institucionais para termos estruturas e organizações ainda mais sólidas, ainda mais funcionais e ainda mais aptas a uma cultura de mudança. Capazes de acompanhar e, por vezes, liderar pelo exemplo essas mudanças.

Deverá ser disso exemplo a gestão eficiente dos recursos humanos e a reorganização do Dispositivo territorial, que deverá obedecer a alguns princípios gerais que devem ser integrados no processo de decisão da nova Direção.

Primeiro, o seu objetivo e a avaliação de resultados deve estar presente na proximidade e visibilidade policial.

Segundo, o diálogo com os autarcas e a sua interiorização e confirmação dos objetivos a alcançar deve orientar o processo tendente a balancear o dispositivo fixo com o dispositivo móvel e de reação rápida e mais musculada como tem sido necessário em alguns momentos. A proximidade e a visibilidade devem estar articuladas com a agilidade e robustez própria das entidades policiais modernas.

No que respeita à proximidade e à relação com os cidadãos, nada substitui o patrulhamento que poderá vir a contribuir para o novo conceito das “esquadras do cidadão”, a realizar por acordo com as autarquias de freguesia.

A par com o esforço de reorganização e modernização do Dispositivo, haverá que acompanhar o investimento na modernização dos sistemas de informação e de comunicação, bem como dos instrumentos que garantirão maior e melhor operacionalidade. São disso exemplo os investimentos em equipamentos de transporte e mobilidade, a determinação de autorizar a despesa nas direções de comando até 3,7 milhões de euros de forma a que possam nos Comandos Distritais, a mesma autorização de despesa cabe ao Ministro da Administração Interna, bem como as novas abordagens à videovigilância e sistemas de georeferênciação e de alerta, ou o caso das bodycams.

Mas nada dispensa, antes supõe, o reforço da Cooperação entre as forças e serviços de segurança, quer individualmente considerados, quer no âmbito do Sistema Integrado de Segurança Interna. Pois, se as necessidades crescem na exata medida da escassez de recursos, a cooperação é certamente um instrumento para podermos alcançar melhor eficiência e melhores resultados.

Senhor Diretor Nacional,

Senhora Diretora e Senhores Diretores

Permitam-me uma palavra para lembrar o esforço nacional em curso tendo em vista valorizar as condições para o exercício digno da

atividade profissional e para tornar a função policial mais atrativa às jovens gerações e promotora de uma cultura preventiva de segurança. Sei que essa é também a vossa preocupação e a vossa exigência, e bem.

Primeiro, o investimento estimado de 607 milhões de euros em infraestruturas e equipamentos, até 2026 que exige um esforço imenso no estabelecimento adequado da hierarquia de prioridades e o empenhamento exigente na sua execução.

Segundo, o investimento na melhoria das condições remuneratórias, estimado em 20%, entre 2023 e 2026. Acresce o maior número de promoções dos últimos anos e que se traduz em ganhos remuneratórios. Mas este esforço de valorização salarial tem efeitos diretos no aumento do suplemento variável por serviço nas forças de segurança.

Isto após a passagem dos 30 para os 100 euros no valor fixo. Significa que, hoje, entre componente fixa e variável do suplemento de risco, estamos a falar de 280€ por mês que pode atingir mais de 330€ até 2026.

Terceiro, o esforço que estamos a empreender na aquisição, na requalificação e na construção de alojamento aliá, algo que é bem do conhecimento do Senhor Diretor Nacional.

Além dos 40 milhões de euros dos fundos europeus, a libertação de saldos dos Serviços Sociais por parte do Ministério das Finanças permitiu adquirir a capacidade já disponível de 300 alojamentos na Área Metropolitana de Lisboa.

Mas como é do vosso conhecimento outros investimentos

estão em curso, que serão objeto da nossa visita nos próximos tempos.

Por último, os acordos estabelecidos com os municípios da Área Metropolitana de Lisboa e do Porto com vista a garantir condições de acesso e usufruto mais adequado aos elementos das Forças de Segurança e das suas famílias.

Tanto no acesso à cultura, como no acesso ao desporto, ao recreio e ao lazer. Trata-se, também, de um processo de socialização das comunidades locais com as nossas Forças de Segurança e da constituição de uma relação mais sólida entre os cidadãos e as forças de segurança e é muito importante para quem serve nas forças de segurança sentir que a comunidade lhes tem respeito e lhes deve esse respeito.

Senhor Diretor

Senhores Diretores Adjuntos,

Senhor Inspetor,

Minhas senhoras e meus senhores,

Julgo que há uma visão para o que se quer fazer, prevalece uma vontade e temos recursos para empreendermos a necessária adaptação da Polícia de Segurança Pública às exigências dos novos tempos e das novas vontades. Sempre na defesa dos direitos humanos e sociais fundamentais, garantindo e promovendo as

liberdades, os direitos e as garantias dos cidadãos.

E não hesitando na defesa do prestígio e do bom nome das forças de segurança, razão pela qual temos em curso com o Ministério da Justiça a densificação normativa no que respeita ao sancionamento daquelas ou daqueles que agridem as forças da autoridade democrática

Numa relação de confiança, proximidade e de disponibilidade, que será sempre a disponibilidade para a sociedade e para com o nosso País.

A todos quero desejar as maiores felicidades. Aos que foram investidos de novas responsabilidades, aos que terminaram pedimos que continuem a servir esta casa com o vosso conhecimento e com a vossa experiência.

Bem-Haja, muito obrigado a todos.